



Direito Financeiro

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Decreto Federal nº 9.109, de 27 de julho de 2017</u>	Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.
<u>Medida Provisória nº 784, de 07 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946 e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 9.056, de 24 de maio de 2017</u>	Regulamenta a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, e altera o Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.
<u>Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017</u>	Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.
<u>Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016</u>	Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
<u>Medida provisória nº 749, de 13 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.



Direito Financeiro

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

<u>Lei nº Federal 13.332, de 01 de setembro 2016</u>	Altera a Lei no 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.
<u>Medida Provisória nº 736, de 29 de junho de 2016</u>	Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00, para o fim que especifica.
<u>Medida Provisória nº 734, de 21 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.
<u>Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014</u>	Altera a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.
<u>Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015</u>	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nos 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011</u>	Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências.
<u>Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</u>	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
<u>Decreto 3.149, de 28 de abril de 1980</u>	Regulamenta o Título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública.
<u>Decreto n.º 3.147, de 28 de abril de 1980</u>	Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.



Direito Financeiro

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Lei Estadual nº 7.898, de 7 de março de 2018</u>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7844, de 10 de janeiro de 2018</u>	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018.
<u>Lei Estadual nº 7843, de 10 de janeiro de 2018</u>	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 7.211, de 18 de janeiro de 2016.
<u>Lei Estadual nº 7659, de 24 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que institui o fundo estadual de equilíbrio fiscal do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7652, de 19 de julho de 2017</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2018 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7629 de 09 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre o Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7593, de 23 de maio de 2017</u>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que "institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7514, de 17 de janeiro de 2017</u>	Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2017.
<u>Lei n.º 5.182, de 02 de janeiro de 2008</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2008.
<u>Lei n.º 5.181, de 02 de janeiro de 2008</u>	Estabelece o plano plurianual do estado do Rio de Janeiro PPA/RJ para o período de 2008/2011.
<u>Decreto nº 41.126 de 09 de janeiro de 2008</u>	Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias, e dá outras providências.
<u>Lei n.º 5.066 de 09 de julho de 2007</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2008 e dá outras providências.
<u>Lei n.º 4.977, de 29 de dezembro de 2006</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2007.
<u>Decreto 38.862, de 16 de fevereiro de 2006</u>	Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias.



Direito Financeiro

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada / Áreas do Direito

<u>Lei n.º 4.699, de 04 de janeiro de 2006</u>	Estima a receita e fixa a despesa do estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2006.
<u>Lei n.º 4.577, de 12 de julho de 2005</u>	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2006 e dá outras providências.
<u>Decreto 35.021, de 19 de março de 2004</u>	Aprova a classificação e a codificação de receitas e despesas orçamentárias.
<u>Lei n.º 4.258, de 29 de dezembro de 2003</u>	Dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2004/2007.
<u>Decreto nº 2.7821 de 30 de janeiro de 2001</u>	Regulamenta o artigo 92 da lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, alterada pela lei nº 3506, de 13 de dezembro de 2000 e dá outras providências.
<u>Lei n.º 3.506, de 13 de dezembro de 2000</u>	Altera dispositivos da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que cuida da Liquidação da Despesa na administração estadual, e dá outras providências.
<u>Lei n.º 287, de 04 de dezembro de 1979</u>	Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Decreto-lei n.º 153, de 30 de junho de 1975</u>	Autoriza o município do Rio de Janeiro a contrair empréstimo, até o valor de Cr\$ 300.000.000,00, junto a agências oficiais de crédito do país e dá outras providências.
<u>Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964</u>	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Data da atualização: 04.05.2018

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br